

ENTRE CAMINHOS PERECORRIDOS: UM ESTUDO SOBRE AS METODOLOGIAS NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE GÊNERO NA FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA (FACE/UFBA)

A STUDY ON THE METHODOLOGIES APPLIED IN GENRE STUDIES IN THE EDUCATION COLLEGE OF THE UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA (FACE/UFBA)

Silvia Karla Almeida dos Santos¹

Inicialmente apresentada como neutra e isenta de preferências, a Escola assumiu um papel preponderante para compor um conjunto de saberes institucionalizados e socialmente válidos e, por essa razão, o ambiente escolar constitui-se enquanto um território extremamente fértil para a pesquisa. Nesse sentido, as questões tangentes ao gênero emergem na pesquisa em Educação com a responsabilidade de, no mínimo, propor uma reflexão radical acerca da naturalização das coisas. Tais pesquisas tem papel fundamental para a desconstrução das dissimetrias sociais, visto que buscam problematizar os elementos constituintes das mesmas. Nesse contexto, o presente trabalho buscou conhecer a metodologia utilizada nas dissertações de mestrado que discutem gênero e educação no programa de Pós-graduação em Educação na Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia (FACED/UFBA). Trata-se de uma pesquisa descritiva, qualitativa e documental realizada a partir do material disponível no site do Repositório Institucional da UFBA, entre os anos de 2006 e 2015. Para o levantamento dos trabalhos utilizou-se o termo *gênero* como palavra-chave na base de dados supracitada, onde apareceram 23 registros. Após aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, seis trabalhos foram selecionados. Foi possível verificar que do total, quatro dissertações apresentaram abordagem qualitativa, uma mista e uma não definida. Três trabalhos utilizaram pesquisa de campo e três pesquisa documental. As técnicas de coleta de dados foram o grupo focal, entrevista e observação. A análise dos dados obtidos permitiu inferir que a construção do percurso metodológico nas pesquisas ancoradas no gênero é profundamente influenciado pela perspectiva epistemológica diferenciada proposta por esta categoria analítica.

Palavras-chave: Metodologia. Gênero. Pesquisa em Educação.

School was initially viewed as a neutral and preference-free space where institutionalized and socially valid knowledge was gathered; therefore, it was considered a rich research environment. Bearing that in mind, genre issues in education emerge with the responsibility of radically reflecting on their naturalization. This type of research is very important to deconstruct social asymmetries, for it tries to problematize its constitutive elements. Thus, the objective of this research was to analyze the methodology applied in master's thesis on genre and education presented to the postgraduate program of the College of Education at the Universidade Federal da Bahia (FACED/UFBA). This was a descriptive, qualitative and documental study whose corpus was selected from the UFBA institutional repository. The keyword used to retrieve the master's thesis was genre, and the time period chosen was 2006 to 2015. Twenty three texts were found, but only six fitted the inclusion criteria. Four out of six authors adopted a qualitative approach, one adopted a qualitative/quantitative approach and one did not define the approach. Three researchers carried out field studies while the remaining three undertook documental research. The technique used to collect data included focal groups, interviews and observation. From the data analyzed we might conclude that the methodological choice in genre-related studies is deeply influenced by the epistemological perspective of this analytical category.

Keywords: Methodology. Genre. Education Research.

¹Historiadora, Mestra em Educação e Contemporaneidade, Docente da Faculdade Maria Milza, skasantos@hotmail.com, CV: <http://lattes.cnpq.br/0442303798327048>

INTRODUÇÃO

“Se podes olhar, vê. Se podes ver, repara.”

O livro dos conselhos

O campo da pesquisa em Educação vem paulatinamente afirmando sua notável importância na ambiência científica, especialmente pelo protagonismo da Escola² na sociedade ocidental. Nesse cenário investiga-se a docência, o currículo, as/os estudantes, a avaliação, o processo de ensino-aprendizagem, as práticas culturais dos sujeitos, entre outras coisas e, diante disso, os programas de pós-graduação em Educação possuem um papel fundamental no desenvolvimento de pesquisas que se propõem a refletir criticamente sobre tais questões. Invariavelmente são apontados muitos problemas, soluções são sugeridas, mas acima de tudo fica patente a necessidade de continuamente se desenvolver pesquisas neste campo.

No decorrer do século XX, a instituição escolar se afirmou enquanto um mecanismo para promover a justiça social. Por meio dela os segmentos menos favorecidos da sociedade poderiam superar, ou pelo menos minimizar, o atraso econômico, o autoritarismo e os privilégios das classes hegemônicas. Pela profundidade de sua interação com a sociedade, constituiu-se em um campo aberto a múltiplas possibilidades de pesquisa; sendo assim, a Escola se afirma continuamente como um espaço privilegiado de investigação para a reflexão das questões que tangenciam a nossa sociedade.

Desde a década de 1960 se intensificaram as pesquisas que trazem a Escola como principal alvo de investigação na compreensão das relações sociais. Os trabalhos desenvolvidos a partir da teoria da reprodução de Boudieu³ trouxeram contribuições significativas para o campo da pesquisa educacional. No tocante a esse aspecto, os estudos bourdieusianos sobre educação colocaram em evidência a função primordial da Escola na manutenção das desigualdades, uma vez que a Escola não resolvia os problemas sociais, na medida em que reproduzia internamente as relações de poder sobre as classes populares. Para Zago et al. (2003), os conceitos elaborados por Bourdieu deram uma colaboração singular para a análise sociológica da educação, transformando-se em uma base importante, tanto para a epistemologia quanto para os aspectos metodológicos, enfim, para a

compreensão da Escola como um poderoso campo de reprodução das desigualdades.

Diante de um cenário como esse é inevitável indagar sobre a postura das distintas esferas sociais em relação ao reprodutivismo implícito no processo de escolarização: os sujeitos envolvidos nesse processo reafirmam a norma nas suas práticas culturais sem questionamentos? Permaneceriam estes sempre impassíveis frente a essa situação? Felizmente não! As tentativas de interrupção deste ciclo também emergem de diversas formas, ressoam na voz dos movimentos sociais, nas agremiações e organizações estudantis, na atitude diferenciada que professoras e professores assumem no exercício da docência, na participação e postura crítica da família e na problematização proposta por pesquisadoras e pesquisadores que potencializam transformações nessa realidade através de suas pesquisas.

Nesse contexto, os debates acadêmicos acerca das questões de gênero assumem singular relevância para a desconstrução das dissimetrias que historicamente vem impondo à mulher uma identidade fixa e irrevogável, carregada de discriminação e preconceito. É de extrema importância para a área de Educação a multiplicação desses debates, pois a Escola é um espaço onde ao mesmo tempo em que reúne múltiplas diferenças, retroalimenta a norma.

Diante disso, o principal objetivo deste trabalho foi conhecer a metodologia utilizada nas dissertações de mestrado que discutem gênero e educação no Programa de Pós-graduação em Educação na Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia (FACED/UFBA).

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa descritiva, qualitativa e documental realizada a partir do material disponível no site do Repositório Institucional da UFBA entre os anos de 2006 e 2015.

O material de pesquisa deste estudo foi pré-selecionado, utilizando o termo gênero como palavra-chave na ferramenta de busca da base de dados supracitada, na qual estavam disponíveis 23 trabalhos. Todos os registros foram verificados através da leitura dos resumos com o intuito de chegar ao corpus do trabalho. Desse total encontrado, 5 trabalhos estavam fora do recorte temporal estabelecido, 4 estavam relacionados ao

²O emprego do termo *escola* neste trabalho, diz respeito ao modelo de Escola Graduada e essencialmente urbana. Pela importância que esta instituição, nas suas várias faces, ocupa na vida dos sujeitos, prefiro iniciar essa palavra com letra maiúscula.

³Ver: BOURDIEU, P.; PASSERON, J. C. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

gênero literário e 8 não apresentavam qualquer relação com a temática, de modo que 6 dissertações foram selecionadas para a pesquisa.

Sem quaisquer pretensões de dar conta de um estado da arte no que tange às discussões acerca de gênero nas pesquisas científicas, o trabalho chama a atenção para uma reflexão mais ampliada sobre a inserção desta temática na área de Educação, em vistas da necessidade urgente deste campo de pesquisa potencializar ações que possam colaborar para a construção de novas relações de gênero, pautadas na equidade de oportunidades e no cumprimento aos direitos humanos.

À TÍTULO DE UMA BREVÍSSIMA DISCUSSÃO: A EMERGÊNCIADO GÊNERO

“Quando falo de gênero, quero referir-me ao discurso da diferença dos sexos. Ele não se refere apenas a ideias, mas também às instituições, às estruturas, às práticas cotidianas, como também aos rituais e a tudo que constitui as relações sociais.” Joan Scott

O século passado foi marcado por transformações significativas para todas as esferas da sociedade. Nesse sentido, Eric Hobsbawm (2004) em “A era dos extremos: o breve século XX – 1914 – 1991” já sinalizava, desde o título de sua obra, o que para ele representou uma era de profundas mudanças, demarcando o caráter dramático dos conflitos e das modificações ocorridas. Foi um curto período de tempo que experimentou intensamente crises, crescimento e transformações na política, na economia, no campo intelectual e nas relações sociais como um todo.

O “breve século XX” tatuou na humanidade suas marcas, da maneira mais cruel. As reações a isso trouxeram à tona relações construídas ao longo do tempo, calcadas no processo de escravização do africano e acumulação de capital. O processo de produção das desigualdades a partir da diferença começou a ser eviscerado como nunca havia ocorrido em outro momento, movimentos de resistência e contestação, tanto por parte da sociedade civil, quanto por parte dos círculos acadêmicos, conseguiram alcançar maior visibilidade para suas questões.

É nesse contexto de efervescência política e social, de mudanças, talvez, de proporções

faraônicas, que o movimento feminista se fortalece e emerge reivindicando inserção e reconhecimento social para as mulheres, sobretudo na garantia dos direitos que lhes foram sucessivamente negados ao longo do tempo. Embora desde o século XIX o feminismo seja referendado como movimento social organizado, é na virada para o século XX que a luta contra a discriminação da mulher adquire notabilidade. As primeiras décadas do século passado marcam a ebulição da luta contra a discriminação social e para assegurar a participação da mulher na política através do voto. Nesse sentido, Louro (2003) afirma que esse movimento sufragista, pela sua expressividade, foi reconhecido como a *primeira onda feminista*.

A heterogeneidade de pensamento e posições ao longo da construção do movimento feminista é uma peculiaridade que suscitou significativos avanços. Ao passo que o *feminino*, o *ser mulher* servia como uma espécie de ancoragem que entrelaçava *todas as mulheres*, uma série de outras características criava distâncias insuperáveis entre elas, esse caráter singular deu visibilidade às divergências presentes no interior do próprio movimento. Conforme Costa (2004, p. 25-26), os feminismos, em um dado momento da sua história, elaboraram e divulgaram a noção de irmandade entre as mulheres, e a biologia emergia como elemento unificador na luta contra a desigualdade. Contudo, ainda segundo a autora, essa noção de “sororidade” ocultava as diferenças e desigualdades entre as mulheres. Questões concernentes às circunstâncias de raça, etnia, classe e geração forçaram uma revisão dessa suposta homogeneidade. O universalismo feminino suprimia os processos sociais que elaboram as desigualdades.

As dissimetrias estabelecidas entre as mulheres por meio de questões ligadas à raça, identidade sexual, classe, religião, entre outras, colocaram em xeque a estabilidade da identidade universal da mulher. Nesse sentido, destacam-se os questionamentos trazidos por feministas negras e feministas lésbicas, que sinalizaram para o caráter heteronormativo e branco assumido pelo movimento feminista que não as representava. A ciência moderna teve importância singular na tentativa de homogeneização do sujeito, uma vez que estabelecia os pressupostos válidos para construção de uma sociedade racional, emocionalmente equilibrada e economicamente produtiva, o que refletia, de certa maneira, a oposição à sociedade medieval. O sujeito da modernidade, sociológico e cartesiano, na ciência moderna aparecia como a

identidade, a norma, não como uma possível identidade constituída no interior das práticas culturais; o sujeito normativo da modernidade, empoderado pela ciência, era *homem, branco, heterossexual e burguês*.

A partir do final da década de 1960, as reivindicações apontavam não apenas para as necessidades de combate à discriminação, de reconhecimento de direitos e de inclusão das mulheres nas esferas de dominação: chamavam a atenção também para a ciência, ou melhor, para como o saber científico operava na sociedade, através da elaboração de uma mentalidade machista e sexista, que reservou um lugar de submissão para a mulher. As feministas evidenciavam que, em paridade com a ciência, outras instituições sociais, tais como a religião, a escola e a família também atuavam reafirmando ininterruptamente a naturalização das relações binárias em que a mulher ocupava sempre uma posição hierárquica de submissão.

As denúncias sobre as más condições de vida e trabalho das mulheres deram a elas visibilidade suficiente para a produção das primeiras publicações que se preocupavam em discutir especificamente a condição feminina (LOURO, 2003, p. 18-19). Inicialmente, tais publicações tentavam descortinar a opressão que as mulheres sofriam na sociedade; porém, a preocupação com um estatuto teórico para o feminismo não tardou a aparecer e o descortinar das desigualdades nas relações entre as mulheres impôs notórios dilemas intelectuais.

Os questionamentos trazidos pelos movimentos feministas convergiam diretamente para a negação da identidade unitária do sujeito, que não dava conta de pensar a diferença fora da racionalidade binária constituída pela sociedade ocidental. De acordo com Louro (2003, p. 16), a década de 1960 foi marcada pela ebulição de movimentos reivindicatórios. De modo semelhante ao movimento feminista, outros movimentos de contestação da ordem, em maior ou menor grau, como os negros, os gays e as lésbicas, os jovens, os ambientalistas, entre outros grupos oprimidos, engrossavam a luta. É nesse contexto de agitação social que emerge uma nova face dos movimentos feministas, que ultrapassa o campo do movimento social e adentra o campo da produção científica. É nessa conjuntura que o termo gênero começou a ser usado por alguns segmentos do movimento feminista em substituição ao termo sexo, e este momento ficou conhecido como *segunda onda feminista*.

Conforme Joan Scott (1995), as feministas anglo-americanas foram pioneiras em utilizar o termo “gênero”, visando justamente eliminar as raízes biológicas do centro das preocupações teóricas, procurando dar maior visibilidade às construções sociais que sustentavam as desigualdades. Elas argumentavam que o gênero designava as relações sociais entre os sexos, e essa era uma tentativa de alargar os estudos sobre a mulher, introduzindo uma noção relacional na análise. Tendo sua emergência como categoria no interior do movimento feminista, os estudos de gênero continuamente demarcam sua importância analítica para elucidar a construção social e histórica das diferenças entre homens e mulheres em um dado contexto. Com isso, de forma alguma pretenderam negar o envolvimento de corpos sexuados nessa construção, no entanto se opunham aos argumentos essencialistas que naturalizavam as desigualdades.

Não se tratava, porém, de uma mera troca de termos: o caráter relacional introduzido pela crítica feminista com os estudos de gênero trouxe questionamentos importantíssimos para a problematização das identidades sociais. Scott (1995) argumenta que essa noção de relação evidenciou que homem e mulher jamais poderiam ser pensados de maneira isolada um do outro, ou seja, estas eram identidades sociais historicamente construídas e definidas em reciprocidade. Sendo assim, aquela mulher e aquele homem universal tão proclamado pela modernidade, fruto do iluminismo, com comportamentos que estavam irremediavelmente ligados à sua natureza, tiveram a sua estabilidade colocada em questão.

Ainda segundo Scott (1999), conceitos como linguagem, discurso, diferença e desconstrução, tão fundantes para o pós-estruturalismo, foram muito úteis para as análises feministas, especialmente por convergirem para outra discussão de grande relevância para o feminismo: a questão de igualdade *versus* diferença. A constituição do binômio *igualdade/diferença* como termos que descrevem lados opostos, construiu e legitimou significados específicos que transformaram a discriminação da mulher em um processo de reconhecimento da *diferença natural* (diferença biológica) entre homens e mulheres.

Ao colocar a igualdade como antítese da diferença, paulatinamente se posterga as especificidades dos grupos; logo, à luz desta dicotomia, a oposição masculino/feminino homogeneiza as diferenças existentes entre as mulheres. Para o caso de se pensar a diferença

sexual a partir desta oposição, considerando socialmente a identidade masculina como a norma, as feministas argumentam que esse ocultamento das diferenças dentro da categoria mulher dilui a pluralidade feminina e a experiência das mulheres. Na análise de gênero, o fortalecimento de uma identidade universal para a mulher tornou-se algo contraproducente, sendo fundamental *desconstruir* a diferença em sua posição antitética com igualdade pela evisceração das relações de poder que operavam essencializando essa diferença.

Inevitavelmente, essa desconstrução provocou o enfrentamento direto com os poderosos arranjos sociais que sustentam as desigualdades ao dar visibilidade às estratégias que tornam a identidade masculina positiva e unitária e, por consequência, estabelecem a identidade feminina como o contraponto negativo. Isso transformou o caráter político da luta feminista. Scott (1999, p. 217) argumenta que:

Nós, as feministas, não podemos renunciar à “diferença”; tem sido a nossa ferramenta analítica mais criativa. Não podemos renunciar à igualdade, ao menos quando desejamos nos referir aos princípios e valores do nosso sistema político. Mas não tem sentido para o movimento feminista deixar que seus argumentos sejam forçados dentro de categorias pré-existentes e que suas disputas sejam caracterizadas por uma dicotomia que não inventamos.

A desconstrução da diferença a partir da crítica feminista propôs a renúncia da igualdade no seu caráter normativo, e expôs com isso os jogos de poder que operam na naturalização das desigualdades e no estabelecimento das hierarquias. Esta articulação com as formulações pós-estruturalistas contribuíram para que o gênero emergisse como uma categoria de análise relacional possível para a compreensão das relações sociais. Ao utilizar o gênero, extrapola-se o caráter fundamentalmente social das diferenças baseadas no sexo biológico; desse modo, homens e mulheres já não podem mais ser compreendidos inteiramente separados, uma vez que ambos são definidos em termos recíprocos.

SOBRE IDENTIDADE: CRÍTICA FEMINISTA, EPISTEMOLOGIA E CIÊNCIA

“A oposição generalizadora

masculino/feminino serve para escurecer as diferenças entre as mulheres em comportamento, caráter, desejo, subjetividade, sexualidade, identificação de gênero e experiência histórica.” Joan Scott

O processo de politização da subjetividade transformou os estudos de gênero em um sólido aporte de agitação epistemológica: o *insight* feminista de que o *pessoal é político* colocou em xeque a suposta neutralidade da ciência. Para Louro (2003, p. 148) assumir o gênero como categoria analítica significou uma transformação epistemológica, uma decisão que implicou uma mudança teórica. A autora afirma que:

O que acontece não se trata, no entanto, de apenas mais um “acréscimo”, seja das mulheres seja de temas e áreas. A subversão que essas incorporações e, principalmente, que os questionamentos feministas vão trazer para o pensamento terá como resultado uma transformação epistemológica, uma transformação no modo de construção, na agência e nos domínios do conhecimento. (...) Na verdade, isso ocorre fundamentalmente porque ele redefine o político, sugerindo mudanças na sua natureza. Se “o pessoal é político”, como expressa um dos mais importantes insights do pensamento feminista, então se compreenderá de um modo novo as relações entre a subjetividade e a sociedade, entre os sujeitos e as instituições sociais.

Tratava-se agora da legitimidade da mulher enquanto sujeito do conhecimento, inscrevia-se aí a tentativa de desenvolver uma nova relação entre a teoria e a prática, não havia um interesse em estabelecer uma verdade absoluta sobre as coisas. Desse modo, a crítica feminista, a partir da categoria gênero, chamou a atenção para as relações de poder constitutivas da produção dos saberes.

O gênero, como uma forma primária de dar significado às relações de poder, tem a capacidade de estruturar e ordenar os modos pelos quais a sociedade se organiza no interior das práticas culturais. O gênero opera na elaboração dos sentidos e significados válidos para a sociedade.

Essa clareza de pensamento alavancou

desafios no campo epistemológico: sob forte tensão da ciência masculina, a emergência da análise de gênero desestabilizou a imparcialidade da produção do conhecimento. Ao politizar a subjetividade, o gênero produziu uma crítica feroz à produção do conhecimento científico, e, nesse sentido, Rago (1998, p. 25) afirma que a crítica feminista incidia contra o caráter particularista, ideológico, racista e sexista da ciência. Operando na lógica da identidade, a ciência não deixou espaço para que a diferença fosse pensada, o homem universal como a identidade normativa promoveu uma cadeia de exclusões. Em razão disso, a autora afirma ^{que:}

(...) as noções de objetividade e de neutralidade que garantiam a veracidade do conhecimento caem por terra, no mesmo movimento em que se denuncia o quanto os padrões de normatividade científica são impregnados de valores masculinos, raramente filóginos (RAGO, 1998, p. 25).

É nesse contexto que o gênero adquire notabilidade na problematização da identidade enquanto algo estável e imutável. O gênero não se propunha a fortalecer uma identidade unitária para a mulher, uma vez que era fundamental pensar a diferença. Para Hall (2005), o movimento feminista é um dos grandes responsáveis pela fragmentação da identidade do sujeito moderno, tanto como uma nova forma de crítica teórica, quanto como movimento social. O autor afirma que o feminismo teve grande peso no descentramento conceitual do sujeito cartesiano e sociológico, a partir da politização da subjetividade, da identidade e do processo de identificação. Dessa forma, contestou questões tidas como inerentes à natureza dos homens e das mulheres, explicitou o processo de generificação do corpo e a formação das identidades sexuais e de gênero.

Os estudos de gênero falam de uma fragmentação identitária que se opõe aos argumentos essencialistas que engessam e criam modelos fixos de comportamento para homens e mulheres nas relações sociais. Para Woodward (2005), a identidade é relacional, marcada por meio de emblemas, construindo-se tanto simbólica quanto social e historicamente no momento específico. Dessa forma, o conjunto de identidades que compõe o sujeito por meio de uma marcação simbólica estabelece a diferença relativamente a outras identidades. Nesse terreno, os conflitos e as contradições são inevitáveis, e por isso passam por

um processo constante de negociação.

De acordo com Silva (2000), a teoria feminista recente abalou o caráter fixo e estável das identidades com a Teoria Queer. Na década de 90 as/os teóricas/os inglesas/es e dos Estados Unidos norteadas/os pela desconstrução e pelos “*poststudies*” despontaram com as formulações e proposições pós-identitárias da Teoria Queer com o objetivo de problematizar a identidade sexual tomada como normal, neste caso a heterossexualidade. O termo *queer* em língua inglesa é sinônimo de estranho, excêntrico, fora do normal, esquisito e, segundo o autor, era também utilizado de uma forma pejorativa para se referir aos homossexuais. As/os teóricas/os *queer* aproveitaram esta dualidade de significados para utilizá-lo de uma forma positiva apontando tanto para uma auto-identificação teórica quanto para a perturbação da norma. A diferença, a não-norma, é fundamental na epistemologia *queer* para explicar a existência do próprio sujeito, de modo que, integrada à identidade delimita sua modelagem. Ao “estranhar” a identidade sexual a Teoria Queer complica, por consequência, a questão da identidade social e cultural.

O GÊNERO E A PESQUISA EM EDUCAÇÃO: ITINERÁRIOS METODOLÓGICOS

(...)“*Caminante no hay camino,
se hace camino al andar...
Golpe a golpe, verso a verso...*”
Antonio Machado

No decorrer do século XX, a instituição escolar se afirmou enquanto um mecanismo para promover a justiça social. Por meio dela os segmentos menos favorecidos da sociedade poderiam superar, ou pelo menos minimizar, o atraso econômico, o autoritarismo e os privilégios das classes hegemônicas. Pela profundidade de sua interação com a sociedade constituiu-se em um campo aberto a múltiplas possibilidades para a pesquisa; sendo assim, a escola se afirma continuamente como um espaço privilegiado de investigação para a reflexão sobre as questões que tangenciam a nossa sociedade.

Nessa empreitada, que é o trabalho de pesquisa, o processo de problematização dos dados requer atenção para as questões norteadoras da pesquisa e traduzem, neste caso específico, os possíveis caminhos metodológicos nas pesquisas em Educação. Os quadros apresentados abaixo

caracterizam cada uma das dissertações que foram selecionadas para este trabalho.

O trabalho de Araujo (2011), Quadro 01, utiliza como metodologia a análise documental, bem como a revisão teórica dos estudos anteriores sobre o tema proposto. Trata-se de um trabalho bem singular em termos metodológicos, pois os dados primários foram levantados dentro de uma ancoragem com limites muito bem definidos, uma vez que trata-se de material específico do MST. O trabalho baliza as elaborações sobre a Pedagogia do Movimento, utilizando como principal aporte teórico o Dossiê MST/Escola. A autora não faz qualquer menção quanto à abordagem da pesquisa, no entanto, diante da perspectiva desde a qual foi construído o trabalho é possível concluir que trata-se de uma pesquisa qualitativa.

O trabalho de Lima (2008), Quadro 02, é um estudo de caso de abordagem qualitativa (BOGDAN; BIKLEN 1994), no qual a pesquisadora utilizou o grupo focal (MACEDO, 2004) e a entrevista

individual semiestruturada como técnica de coleta de dados, a quantidade de participantes sendo determinada pelo interesse voluntário em participar do grupo focal. Para realizar a interpretação dessas narrativas, a pesquisadora utilizou a Análise do Discurso (ORLANDI, 2005) e as Epistemologias Feministas (SCOTT, 1991). A autora utilizou-se da técnica de triangulação de dados (TRIVIÑOS, 1987) para o confrontamento dos dados obtidos com a realização do grupo focal e da entrevista, cruzando as categorias: concepções e identidades de gênero, a prática pedagógica desempenhada pelos estudantes e o currículo.

O trabalho de Moreira (2008), Quadro 03, refere-se a uma pesquisa do tipo qualitativa (ANDRÉ, 2004), que utilizou como técnicas de coleta de dados a observação direta, a pesquisa documental e a entrevista semiestruturada com as educadoras (docentes, coordenadora e diretora). A análise dos dados se deu a partir da base teórica da Análise de Discurso de linha francesa (PÊCHÊUX,

Quadro 1. Araujo, (2011)

<p>ARAUJO, Djacira Maria de Oliveira. A Pedagogia do Movimento Sem Terra e relações de gênero: incidências, contradições e perspectivas em movimento. 154 f., 2011. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.</p>
PROBLEMA
Quais são os pressupostos pedagógicos do MST e como são tratadas as questões de gênero?
METODOLOGIA
Análise documental e revisão teórica dos estudos anteriores sobre o assunto, sendo os dados primários levantados através de revisão bibliográfica, pertinente ao tema onde se tocou as elaborações sobre a Pedagogia do Movimento, tendo como principal aporte teórico o Dossiê MST/Escola (2005).

Quadro 2. Lima (2008)

<p>LIMA, Tatiane de Lucena. Identities, currículo e formação docente: um estudo sobre implicações de gênero em práticas educativas de estudantes de pedagogia. 209 f., 2008. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.</p>
PROBLEMA
Como os estudantes do curso de Pedagogia da UNIME compreendem as relações de gênero e vivenciam suas práticas educativas nesta perspectiva?
METODOLOGIA
A pesquisa empírica de natureza qualitativa caracterizou-se como um estudo de caso, cuja amostra constituiu dez estudantes de Pedagogia que participaram das técnicas do grupo focal e da entrevista individual semi-estruturada. Analisou-se ainda a proposta pedagógica do curso de Pedagogia da UNIME e suas Diretrizes Curriculares Nacionais (BRASIL, 2006).

1975) e das Epistemologias Feministas (SCOTT, 1991; BUTLER, 2003) organizados em seis categorias.

Já o Quadro 04 apresenta o trabalho de Pinho (2009), que realiza uma pesquisa de caráter qualitativo, que também incluiu dados quantitativos com vistas à elucidação das questões propostas e objetivos formulados. A análise documental aparece como procedimento metodológico para a obtenção dos dados, que se referem aos livros didáticos de Biologia indicados pelo Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio - PNLEM distribuídos no ano de 2007. Para a análise dos dados a pesquisadora apresenta como referência a Análise do discurso (ORLANDI, 2005) e as Epistemologias Feministas (SCOTT, 1991).

O Quadro 05 apresenta o trabalho de Vieira (2013) que é um estudo documental realizado a partir

do levantamento, cotejamento e análise das fontes primárias e secundárias encontradas no Arquivo Público do Estado da Bahia (APEBa), no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB) e na Biblioteca Pública do Estado da Bahia (BPEB). A autora não define o trabalho quanto à abordagem e o tipo de pesquisa, apenas descreve uma sequência de etapas realizadas para a construção geral da pesquisa. Entretanto, a partir do tipo de análise realizada com os dados obtidos, é possível presumir que trata-se de uma pesquisa qualitativa e explicativa. O cruzamento dos dados encontrados nos vários tipos de documentos foi analisado com base na produção acadêmica levantada e selecionada.

Por fim, o Quadro 06, Uzêda (2006) desenvolveu um estudo de caso (ANDRÉ, 1981) de natureza qualitativa, a partir de uma abordagem

Quadro 3. Moreira (2008)

MOREIRA, Rita de Cássia Costa. Sinais de gênero nas diferentes linguagens que tecem o discurso na escola. 178 f., 2008. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.
PROBLEMA:
Quais os sinais de gênero presentes nas diferentes linguagens que compõem os discursos da escola?
METODOLOGIA
Análise de Discurso a partir da Epistemologia Feminista, tendo como sujeitos de pesquisa: docentes, coordenadora e direção, além de análise documental. Como técnicas de levantamento de dados, utiliza entrevistas semiestruturadas, observação, registro fotográfico, diário de campo.

Quadro 04. Pinho (2009)

PINHO, Maria José Souza. Gênero em Biologia no Ensino Médio: uma análise de livros didáticos e discurso docente. 185 f., 2009. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.
PROBLEMA
Quais discursos são veiculados dos livros didáticos de Biologia, dentre aqueles indicados pelo Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio - PNLEM distribuídos no ano de 2007 para todas as escolas da rede pública brasileira, bem como dos discursos dos professores e das professoras de biologia durante sua prática pedagógica?
METODOLOGIA
A pesquisa, de caráter qualitativo, também incluiu dados quantitativos por se entender que as duas abordagens se adequavam à elucidação das questões propostas e objetivos formulados. (...). O campo empírico, no que diz respeito aos livros analisados, foi composto de cinco obras, contabilizando onze volumes, (...) e cinco docentes da rede estadual de Salvador/BA, que adotaram os respectivos livros didáticos em suas unidades escolares.

sócio-histórica. Os dados foram obtidos a partir de quatro oficinas pedagógicas realizadas com três mulheres que apresentavam síndrome de Down. Além das oficinas pedagógicas, a coleta de dados incluiu também observação e fontes documentais, sendo elas as anotações que constavam nos prontuários dos sujeitos envolvidos na pesquisa. A autora utiliza o gênero como categoria analítica para compreensão dos resultados obtidos.

À GUIA DE UMA (IN)CONCLUSÃO: É APENAS O COMEÇO...

No tocante à metodologia utilizada pelas pesquisadoras nos trabalhos que constituem o corpus desta pesquisa, foi possível observar que nos dois trabalhos que apresentam uma abordagem sócio-histórica, Quadros 01 e 05, a descrição da metodologia aparece de modo muito discreto, sem evidenciar de modo objetivo o conjunto de

métodos e os procedimentos adotados para a realização da pesquisa. Os procedimentos técnicos de construção, triangulação e análise não são contemplados pelas autoras. A análise dos dados desses trabalhos se desenha na base teórica das autoras, o materialismo histórico-dialético é o que orquestra a abordagem sócio-histórica nas pesquisas qualitativas, esse tipo de abordagem emergiu como tentativa de superação do reducionismo das concepções empiristas e idealista.

Os outros quatro trabalhos, Quadros 02, 03, 04 e 06, descrevem de modo minucioso todos os procedimentos metodológicos que possibilitaram o desenvolvimento da pesquisa. Isso permite visualizar com maior clareza a obtenção e análise dos dados da pesquisa. Para além da ancoragem teórica que sustenta os trabalhos, as autoras efetivamente optam por utilizar as Epistemologias Feministas como mecanismo de compreensão das pesquisas, isso tem implicações profundas tanto nas técnicas utilizadas e na elaboração dos instrumentos de pesquisa, quanto na análise dos

Quadro 05. Vieira (2013)

VIEIRA, Débora Magali Miranda. A Escola Normal da Bahia: saberes veiculados na formação das mulheres para o magistério (1890 – 1914) . 130 f., 2013. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.
PROBLEMA
Qual o processo histórico de constituição do corpo de saberes específico à formação das mulheres para o magistério a cargo da Escola Normal da Bahia no período de 1890 a 1914?
METODOLOGIA
O trabalho foi desenvolvido a partir do levantamento, cotejamento e análise das fontes primárias e secundárias. Buscamos as fontes no Arquivo Público do Estado da Bahia (APEBa), Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB) e Biblioteca Pública do Estado da Bahia (BPEB)

Quadro 06. Uzêda (2006)

UZÊDA, Sheila de Quadros. Identidade feminina e sexualidade na concepção de mulheres com síndrome de Down: Educação Sexual como caminho para construção de maior autonomia . 129 f., 2006. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.
PROBLEMA
Quais as concepções de mulheres com Síndrome de Down sobre identidade, papéis de gênero e sexualidade?
METODOLOGIA
A abordagem metodológica priorizou contemplar as vozes femininas tendo o gênero com categoria de análise e configurando com uma pesquisa qualitativa de abordagem sócio-histórica. Para tanto foram realizadas quatro oficinas pedagógicas com três mulheres que apresentavam síndrome de Down e possuíam 15, 19 e 22 anos, respectivamente.

dados realizada. Isso implica diretamente na utilização do gênero como uma categoria analítica, como a engrenagem fundamental que opera na compreensão de todo o processo de pesquisa.

No momento que utilizam as Epistemologias Feministas para problematizar questões tangentes ao domínio da Educação, as autoras assumem que diferenças sexuais, historicamente, produziram e ainda produzem significados culturais e sociais sobre as relações entre os sujeitos. Ao contrário de se constituir como uma área do saber restrita e marginal, o gênero têm se revelado capaz de contribuir para a renovação de campos importantes de pesquisa em áreas diversas do saber. As análises elaboradas a partir da crítica feminista apresentam interpretações dinâmicas que permitem enfatizar a luta, a contradição ideológica e como operam as práticas culturais no interior das relações de poder.

A utilização do gênero como uma categoria possível de análise nas pesquisas acadêmicas, redimensiona o *fazer pesquisa*. Seguramente, esta opção carregada de intencionalidade, permite ultrapassar os limites da ciência neutra. Foi permitido a Heráclito de Efeso, o filósofo, dizer que “*ninguém entra no mesmo rio uma segunda vez, pois quando isto acontece já não se é mais o mesmo. Assim como as águas que já serão outras.*”, assim é também quando adentramos no campo da Educação para fazer pesquisa apoiadas nesta categoria analítica, nada é verdadeiramente aquilo que um dia foi.

REFERÊNCIAS

COSTA, Suely G. Movimentos feministas, femininos. In: **Estudos Feministas**. Ano 12. p. 23-36, set/dez. 2004.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.) **Identidade e Diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

HOBBSAWM, Eric. O século: vista aérea. In: **Era dos Extremos**: o breve século XX – 1914 – 1991. Tradução de M. Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

LOURO, Guacira Lopes.. **Gênero, Sexualidade e Educação**: uma perspectiva pós- estruturalista. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In: Pedro, Joana e GROSSI, Miriam P. (Orgs.) **Masculino, feminino, plural**: gênero na interdisciplinaridade. Florianópolis: Ed. Mulheres: 1998, p. 21-41.

SCOTT, Joan W. Igualdade versus diferença: usos da teoria pós-estruturalista. In: **Debate Feminista**. Edição Especial. Cidadania e Feminismo. Metis, Productos Culturales S.A. São Paulo: 1999. p. 203-222.

_____. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: **Educação e realidade**. Porto Alegre, vol. 20, n. 2, jul/dez. 1995. p. 71 – 99.

SILVA, Tomaz T. da. As relações de gênero e a pedagogia feminista. In: **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 2ª. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documento de Identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 2. ed. 10 reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

WOODWARD, Katharyn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T.T. da. (org.) **Identidade e Diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. 4ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

ZAGO, Nadir, Carvalho, Marília P. de., Vilela, Rita A. T. (orgs.). Introdução. In: **Itinerários de pesquisa**: perspectivas qualitativas em sociologia da educação. Rio de Janeiro: DP & A. 2003.